

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 29 de outubro de 2025 às 07h54
Seleção de Notícias

Banda B | BR-PR

Marco regulatório | INPI

Ostras do Cabaraquara recebem Indicação Geográfica; Paraná vira estado líder no Brasil 3

Migalhas | BR

Marco regulatório | INPI

O arquivo vivo 5

Terra - Notícias | BR

Direitos Autorais

A decisão do STF que fez a Netflix perder bilhões no Brasil 9

Patentes

Google é processado por universidade da Califórnia por uso de tecnologia de imagem 11

BLAKE BRITTAIN

IstoÉ Dinheiro Online | BR

Propriedade Intelectual

OpenAI completa transição para empresa com fins lucrativos e Microsoft passa a ter fatia de 27% 12

ÚLTIMAS | AUTOR | ISTOEDINHEIRO.COM.BR

Consultor Jurídico | BR

Marco regulatório | INPI

Restaurante deve se abster de usar elementos do 'Outback' 13

Ostras do Cabaraquara recebem Indicação Geográfica; Paraná vira estado líder no Brasil



O reconhecimento do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (**INPI**) veio nesta terça-feira (28). As ostras do Cabaraquara, produzidas na localidade de Cabaraquara, em Guaratuba, no Litoral do Paraná, se tornaram a 22ª Indicação Geográfica (IG) do Paraná. O reconhecimento do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (**INPI**) veio nesta terça-feira (28), na modalidade Indicação de Procedência, e confirma a relação da comunidade na produção de ostra e a boa reputação do produto. Com isso, o Paraná assume a liderança nacional em número de produtos certificados - à frente de Minas Gerais, que possui 21. Foto: Divulgação/Sebrae-PR. O Governo do Estado fez parte da organização para obtenção do selo. Esse trabalho foi iniciado em 2022, com o diagnóstico da ostra e resgate histórico, levando em conta o fortalecimento da identidade cultural, econômica e o estímulo à renda dos ostreicultores. A IG é concedida a produtos ou serviços de determinada região com características próprias que os diferenciem de similares.

No caso das ostras do Cabaraquara, além de seu sabor leve e adocicado, o processo e o local de produção, na Baía de Guaratuba, também foram levados em conta na decisão. "Um santuário ecológico onde diversas fazendas marinhas e restaurantes realizam a produção e comercialização de ostras, sendo a ostreicultura a principal atividade econômica realizada na área geográfica" diz o documento do INPI. Agenda

de shows em Curitiba: veja os nomes da música que vão passar pela capital paranaense em 2025 O pedido do registro foi depositado pela Associação Guaratubana de Maricultores (Aguamar) e oficializado em 21 de junho de 2024. A associação conta com dez produtores atuando na maricultura, com produção de aproximadamente 80 mil dúzias anualmente. O caderno de especificações aponta diretrizes de cultivo e indica três diferentes técnicas que podem ser utilizadas: longline (com corda suspensa por boias, com extremidades fixadas ao fundo, onde são amarradas as lanternas), balsa (estrutura rígida e flutuante) ou de mesa (estruturas fixas influenciadas pelas marés). O processo para obtenção do selo foi feito em parceria pelo Governo do Paraná, Sebrae/PR, Prefeitura de Guaratuba e Aguamar, com apoio da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná), Instituto Água e Terra (IAT) e Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar).

Foto: Divulgação/Sebrae-PR. Indicação geográfica Com as ostras do Cabaraquara, são 22 Indicações Geográficas já concedidas ao Paraná: as broas de centeio de Curitiba; a cracóvia de Prudentópolis; a carne de onça de Curitiba; o café de Mandaguari; o urucum de Paranacity; o queijo colonial do Sudoeste do Paraná; mel de Ortigueira; queijos coloniais de Witmarsum; cachaça e aguardente de Morretes; melado de Capanema; cafés especiais do Norte Pioneiro; morango do Norte Pioneiro; vinhos de Bituruna; goiaba de Carlópolis; mel do Oeste do Paraná; barreado do Litoral do Paraná; bala de banana de Antonina; erva-mate de São Mateus; camomila de Mandirituba; uvas finas de Marialva. Embora o Paraná esteja à frente no cenário nacional, o número de IGs brasileiras ainda é modesto: são menos de 150 no país, contra mais de 3 mil na Europa. Dentre as principais dificuldades estão a falta de incentivo e conhecimento sobre o tema.

"Muitas vezes, os produtos tipicamente brasileiros não são conhecidos nem mesmo pela população lo-

Continuação: Ostras do Cabaraquara recebem Indicação Geográfica; Paraná vira estado líder no Brasil

cal, e isso é uma grande lástima. Por trás de cada indicação geográfica há muita história, pesquisa e um valor agregado incrível que precisa ser mostrado. O tema ainda está engatinhando no Brasil, mas estamos trabalhando firme para reverter esse cenário" comenta o cozinheiro e especialista em IG's Rui Morschel. Há ainda o mel de melato da bracatinga do Planalto Sul do Brasil, Indicação Geográfica concedida a Santa Catarina que envolve municípios do

Paraná e do Rio Grande do Sul. Somente neste ano, oito novos produtos típicos paranaenses foram reconhecidos como IG: a ponkan de Cerro Azul, as broas de centeio de Curitiba, a cracóvia de Prudentópolis, a carne de onça de Curitiba, o café de Mandaguari, o urucum de Paranacity e o queijo colonial do Sudoeste do Paraná.

O arquivo vivo



A visita da CDADIE ao Arquivo Nacional revelou acervo histórico rico, infraestrutura preservada e profissionais dedicados, reforçando memória e direitos autorais.

1. Introdução Por vezes uma ideia é concebida muito tempo antes de sua aplicação. O ser humano "tropeça" em um pensamento, o rumina, fala sobre ele consigo ou com outrem, mas o cotidiano acaba por estimular procrastinação da implementação daquele item mental. O que vale para ideias, também pode incidir para pessoas, projetos, institutos ou instituições. O Arquivo Nacional é um Órgão da União, hoje vinculado ao MGISP - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Mencionado, genericamente, como "Archivo Publico" na Constituição do Império 1, a ideia que o concebeu era mesmo a de ser uma espécie de banco público de dados cruciais da história brasileira. Como os tempos da política são, por vezes, peculiares, apenas quatorze anos depois é que houve sua "implementação" formal 2.

A "missão" do "Archivo Público" paulatinamente se tornou mais vasta, mediante a regulamentação (a implementação da "ideia") 3. Segmentou-se sua atuação entre: (a) o arquivamento de originais e cópias

autênticas da atuação legislativa, as propostas e interfaces com o Poder Executivo, (b) os atos do Poder Moderador e dos presidentes das Províncias, registro sobre bens nacionais, contratos, letras Apostólicas e bulas 4, e (c) a Seção Histórica - versando sobre contratos de casamento do imperador, príncipes e princesas, batismos, óbito, relações estatísticas, minerais, botânicas, atos naturais ou desastres. Em suma, o Arquivo Nacional foi gerado para ser um dos centros de preservação da História e Memória dos Brasileiros e do Brasil, o que torna tal Órgão um cerne estratégico de resguardo ao domínio público - sob a soberania do Povo. 2. O Arquivo Nacional em 2025 A CDADIE - Comissão de Direitos Autorais, Direitos Imateriais e Entretenimento da OAB, Seção do Rio de Janeiro é um centro de estudos, debates e aprendizado, com enfoque profissional e pragmático.

Destina-se ao cotejo do "mundo" da **Propriedade** Intelectual. Muito além de um nicho de organização de eventos ou catarse entre causídicos especializados, a CDADIE realiza parte de suas funções quando labora em cartilhas públicas, suscita debates e quando realiza suas visitas técnicas. A visita técnica inaugural da CDADIE, em 2025, se deu no Arquivo Nacional, e tal decisão não se pautou por qualquer aleatoriedade. Cuida-se de: (a) centro de excelência localizado (Praça da República, 173 - Centro) na Capital cultural do Brasil, o Rio de Janeiro, com o papel de "Lugar de Memória" 5, (b) é impossível compreender os direitos autorais sem conhecer como se realiza a "guarda" dos bens públicos de uso comum (art. 99, I, do CC/02), de cunho imaterial que constituem nossa história 6, (c) fato é que os direitos autorais são protegidos, independentemente de registro (art. 18 da lei 9.610/1998), bastando a sua exteriorização (art. 2º, 2, da Convenção União de Berna, decreto 75.699/1975 - com eventual suporte material). Tal facilidade legislativa, entretanto, dificulta a cognição centralizada das criações que antecederam, e maximiza as chances de um "autor" ulterior produzir algo que seja a reprodução de obra alheia incógnita. O

Arquivo Nacional, assim, realiza uma função próxima ao que o INPI 7 proporciona às criações da propriedade industrial - a aglutinação histórica, burocrática e informacional. Nesse sentido, um "pequeno Comitê" da CDADIE, então, agendou uma visita técnica ao Arquivo Nacional para o dia 30/9/2025. A proposta era, de fato, ver, aprender e perceber como os Poderes Constituídos estavam a tratar de tal Órgão da República, que foi criado, à época, como Órgão do Império. A Comissão estava pronta, com toda a humildade, para ficar "rouca de tanto ouvir" 8 . A experiência foi surpreendente e emocionante.

3. A estrutura e as pessoas O prédio que sedia o Arquivo Nacional foi edificado em 1853, sob o estilo arquitetônico neoclássico, e já foi sede da Casa da Moeda (a partir de 1868). Sua beleza é harmônica 9 com aquela encontrada no Campo de Santana e na edificação da Faculdade Nacional do Direito, os imóveis "lindeiros". Sem dúvida se trata mesmo de um dos polos mais ricos de arquitetura e de História da Cidade Maravilhosa. Por dentro o prédio do Arquivo Nacional cintilava em limpeza. O imóvel estava restaurado e a estrutura de segurança era impecável. Cada pedacinho do gigantesco imóvel (que se aproxima do segundo século) estava bem cuidado, inclusive a estrutura do ar-condicionado, o paisagismo e as modificações necessárias ao século XXI. O MGISP, sob o pálio da ministra e professora doutora (UFRJ) de economia Esther Dweck, está a dedicar ao Arquivo Nacional a atenção que o Órgão merece.

Recebidos com entusiasmo pelos servidores públicos 10 do Arquivo Nacional, os membros da CDADIE foram tratados com enorme generosidade. Fomos agraciados com palestras por seus pesquisadores sobre os registros históricos de criações estéticas, distintivas e utilitárias que ficaram armazenadas no Arquivo Nacional ao longo do século XIX. Ver, entender e vivenciar aqueles marcos históricos foi transformador e revelador: é um banho cultural. Tivemos notícia de que além dos mais dedicados mestrandos e doutorandos que realizam pesquisa de campo, educadores e produtores televisivos costumam passar pelo Arquivo Nacional

em busca de precisão histórica, "revelações" e confirmação de fontes. Tudo isso é possível, pois seu serviço público é engajado e apaixonado. 4. Conclusões: Mesmo o que funciona bem, pode funcionar melhor O Arquivo Nacional é um dos guardiões da memória nacional, e boa parte disso é feito sem que a completude do seu acervo esteja digitalizada.

Muito além de ser um imperativo de acesso, cuida-se de providência que pode precaver que bens infungíveis e antigos virem "pó", tal como o infeliz incidente do Museu Nacional 11 . Museus como o British Museum 12 (Londres) e o Metropolitan Museum 13 (Nova Iorque) contam com milhões de peças de seu acervo digitalizadas, o que facilita a pesquisa de todos, e no que pode servir de um bom modelo de plataforma virtual para nosso Arquivo Nacional. Um segundo ponto pertinente é o do funcionamento do SIAN - Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Cuida-se da plataforma pública de acesso que permite à cidadania consultar os dados. É útil, funcional, mas por vezes é um pouco lento e não é particularmente amigável. Investimentos em informática poderão ampliar a boa utência e compreensão do SIAN. O terceiro ponto é o das pessoas que compõem a alma do Arquivo Nacional. Tão rico quanto ter uma "palhinha" sobre seu acervo, foram os virtuosos resultados dos processos seletivos de seleção de pessoal.

Mestres, Doutores, pesquisadores, recepcionistas, terceirizados, funcionários da limpeza - gente com brio e talento para o serviço público. O Arquivo Nacional está bem servido qualitativamente . Sem prejuízo, é necessário aumentar o quantitativo de servidores. Com a passagem do tempo, é natural que haja a aposentadoria ou exoneração. Evitar que concursos só sejam abertos quando um percentual elevado dos cargos esteja em aberto facilita o processo de transição, e de transmissão informacional do funcionário que sai para aquele que entra. Factualmente, a OAB (1930*) é uma autarquia especial bem mais jovem do que o Arquivo Nacional, e cada um desses centros de imputação exerce múnus público. Novas colaborações entre cada uma dessas entidades poderá propiciar aprendizado e simbiose, em especial

quando os investimentos estruturais puderem permitir maior e melhor acesso à história e memória. Que os causídicos dos direitos intelectuais façam bom uso do serviço público de excelência fornecido pelo Arquivo Nacional; para sempre o Arquivo Vivo do Brasil.

_____ 1 Constituição Política do Império do Brasil de 25.03.1824: " Art. 70. Assignada a Lei pelo Imperador, referendada pelo Secretario de Estado competente, e sellada com o Sello do Imperio, se guardará o original no Archivo Publico, e se remetterão os Exemplares della impressos a todas as Camaras do Imperio, Tribunaes, e mais Logares, aonde convenha fazer-se publica" 2 Regulamento nº 2, de 2 de janeiro de 1838: "Art. 1.º O Archivo Publico fica provisoriamente estabelecido na Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio, debaixo da inspecção do Ministro e Secretario d'Estado da mesma Repartição". 3 CARBONI, Guilherme. Direito de Autor e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Em Bibliotecas e Arquivos Públicos. In BARBOSA, Pedro Marcos Nunes & CHINELLATO, Silmara Juny de Abreu. Propriedade Intelectual Contemporânea. Homenagem ao Professor Doutor Newton Silveira. São Paulo: IASP, 2025, p.

279 4 Sobre como ricas pesquisas historiográficas podem ter como fontes seguras arquivos públicos como o Arquivo da Ajuda em Lisboa, vide HESPANHA, António Manuel. Às vésperas do Leviathan. Instituições e poder político Portugal - séc. XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994, p. 45. 5 "Mais uma vez, é necessário um deslocamento do olhar pois, com recuo: percebi a fecundidade desse questionamento dos esquemas globais que era preciso desconstruir já que todos postulavam um sentido pré-existente da história, que dava respostas antes' de fazer perguntas à experiência histórica. Por outro lado, o próprio Pierre Nora, depois de saudar e participar desse esfacelamento da história, lançou-se do

imenso trabalho de Les lieux de mémoire (Os lugares da memória), que pode ser percebido como uma retomada de sentido, um sentido que vem depois da desconstrução e que reinsere a perspectiva de apropriação em uma dimensão pluralizada." DOSSE, François.

História e Ciências Sociais. Tradução Fernanda Abreu. Bauru: Ed. Universidade Sagrado Coração, 2004, p. 15 e seguintes. 6 "Deste modo, a tarefa do historiador é mais complexa que a do cientista. Sob outro aspecto, ela é mais simples: o historiador não precisa, nem pode (sem deixar de ser historiador) competir com o cientista na busca das causas ou das leis dos acontecimentos. Para a ciência, o evento descobre-se, percebendo-o, e a busca ulterior das suas causas é orientada pela sua referência à classe a que pertence e pela determinação de relação entre essa e outras classes. Para a história, o objeto a ser descoberto é, não o mero evento, mas o pensamento nele expresso. Descobrir esse pensamento é já compreendê-lo. Uma vez que o historiador tenha verificado os fatos, não há qualquer processo ulterior para a investigação das suas causas. Quando ele sabe o que aconteceu, sabe já também por que aconteceu." GARDINER, Patrícck.

Teorias da História. 5ª Edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974, p. 306. 7 O Arquivo Nacional, inclusive, guarda parte do acervo histórico do INPI. 8 Frase atribuída ao político mineiro Benedito Valadares que, recentemente, foi ventilada pelo inteligente Prof. Dr. Gustavo Martins, Vice-Presidente da CDADIE. 9 A foto é de Genilson Araújo, repórter aéreo da TV Globo e foi retirada do link: <https://www.instagram.com/p/DQJbD2GDUT6/>, última visualização em 23/10/2024. 10 Alexandra Werneck da Silva, Christiano de Carvalho Cantarino, Edilson da Silva Gomes, Maria do Carmo Rainho, Rodrigo Cavaliere Mourelle e Valeria Morse. 11 " No mare Magnum da memória pessoal e social, o homem de

Continuação: O arquivo vivo

hoje parece sentir-se protegido do esquecimento: dados reais desconfortantes, porém significativos são cancelados, removidos ou escondidos com a finalidade de não abalarem as convicções de base. No entanto, nas videotecas, algumas fitas e alguns filmes, por desgaste ou por acidente, têm os seus conteúdos apagados." COLOMBO, Fausto.

Os Arquivos Imperfeitos. São Paulo: Perspectiva, 1991, p. 20. 12 ht-
tps://www.britishmuseum.org/collection/ 13 https:/
/ www.metmuseum.org/pt/art/collection

A decisão do STF que fez a Netflix perder bilhões no Brasil



Netflix sofreu impacto bilionário após uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a aplicação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, conhecida como Cide. Entenda o caso!

Um episódio envolvendo o tributo Cide provocou grande repercussão nas atividades da Netflix no Brasil. A companhia, tradicionalmente reservada quanto aos dados financeiros no país, precisou se manifestar publicamente em razão de uma despesa tributária significativa registrada no terceiro trimestre. Esse impacto veio à tona após uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a aplicação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, conhecida como Cide. Ela afetou não só a gigante do streaming, mas também outras empresas do segmento de serviços digitais que operam internacionalmente.

A Cide-Tecnologia, criada originalmente em 2001, incide sobre remessas de valores ao exterior vinculadas ao uso de tecnologia e licenças para operação de serviços no Brasil. No caso das plataformas como a Netflix, a tributação não recai sobre o valor da assinatura, mas sobre os pagamentos feitos por filiais brasileiras a suas matrizes fora do país. Assim, o objetivo do tributo é estimular a inovação nacional e garantir recursos para setores estratégicos. Ao mesmo tempo, fortalece o financiamento de políticas públicas em ciência e tecnologia.

O que motivou o impacto financeiro da Netflix? O resultado financeiro abaixo do esperado da Netflix teve origem na ampliação da aplicação da Cide. Ela foi determinada pelo STF em decisão recente. Assim, a empresa registrou uma despesa extraordinária de US\$ 619 milhões - cerca de R\$ 3,4 bilhões, valor referente a cobranças retroativas e à previsão do imposto para o ano de 2025. Ademais, cerca de 20% dessa quantia diz respeito ao período mais recente, enquanto o restante corresponde aos anos de 2022 a 2024. Poranto, isso causou uma redução importante na margem operacional da companhia durante o terceiro trimestre. Inclusive, o fato impactou a percepção dos investidores e influenciando o valor de mercado da empresa.

Como funciona a Cide-Tecnologia nas plataformas de streaming? A incidência da Cide-Tecnologia é tema de discussões desde sua criação. Trata-se de um tributo aplicado especificamente sobre pagamentos enviados ao exterior com finalidade de **transferência** de tecnologia, licenças de uso ou serviços técnicos. Nas plataformas de streaming, esses valores referem-se, por exemplo, ao uso de sistemas, softwares e conteúdos digitais. Esses são itens essenciais para a prestação do serviço no território brasileiro.

Em agosto de 2024, o STF decidiu, por maioria apertada, manter a constitucionalidade da Cide para todos os contratos relacionados a remessas internacionais. A decisão inclui não apenas **transferência** de tecnologia, mas também **direitos** autorais e serviços administrativos. Com a repercussão geral reconhecida pelo tribunal, o entendimento passou a valer para todas as demais instâncias do Judiciário, afetando empresários de diversos setores. Dessa forma, entre as empresas impactadas, estão não só a Netflix, mas também outros nomes globais como Disney, HBO Max, Amazon Prime Video e Spotify.

Continuação: A decisão do STF que fez a Netflix perder bilhões no Brasil

Quais são as possíveis consequências para o mercado de streaming? O aumento da carga tributária, oficializado pela decisão do STF, pode provocar mudanças relevantes no cenário do streaming no Brasil. Assim, especialistas apontam para duas consequências principais:

A complexidade dos tributos brasileiros já é considerada uma das maiores do mundo, exigindo que empresas mantenham provisões para lidar com possíveis litígios e mudanças na legislação. Caso novas etapas da reforma tributária venham a ampliar ainda mais as obrigações do setor, a tendência é de pressão sobre os preços e as margens de lucro das plataformas estrangeiras.

Por que a Cide-Tecnologia é central no financiamento da inovação brasileira? Segundo informações do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a arrecadação da Cide-Tecnologia é hoje a principal fonte de recursos para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Assim, estima-se que o tributo responda por cerca de 74% da composição do fundo, considerado essencial para apoiar pesquisa, desenvolvimento e políticas públicas estratégicas em inovação, educação, saúde e sustentabilidade no Brasil.

Ao assegurar a constitucionalidade e a ampliação da Cide, o STF reforçou o papel do tributo como mecanismo para fortalecer a soberania nacional e a capacidade tecnológica do país. Para as empresas que operam em território brasileiro, a adaptação às novas regras tributárias tornou-se imperativa, seja por meio de revisões contratuais, novos acordos de

transferência de tecnologia ou ajustes nas estratégias de precificação.

O que pode mudar para empresas e assinantes após a decisão? Com o entendimento consolidado pela Corte Suprema, tanto empresas estabelecidas quanto novos entrantes no mercado digital devem rever sua estrutura tributária, considerando potencial aumento de custos e impacto financeiro nas operações. Entre as medidas previstas, estão:

Revisão dos contratos internacionais para adequação às novas exigências fiscais;

Criação de provisões para riscos e passivos tributários decorrentes de decisões judiciais desfavoráveis;

Possível repasse do custo ao consumidor, por meio de reajustes nas assinaturas;

Reforço na transparência contábil, atendendo às exigências dos investidores e dos órgãos reguladores.

O caso ilustra o ambiente de constante transformação tributária no Brasil e os desafios enfrentados por empresas inovadoras frente ao cenário de globalização digital. A discussão sobre a Cide-Tecnologia deve permanecer em evidência nos próximos anos, acompanhando a evolução das práticas fiscais, as demandas do setor tech e os esforços para impulsionar a ciência, tecnologia e o desenvolvimento sustentável no país.

Google é processado por universidade da Califórnia por uso de tecnologia de imagem

A Universidade do Sul da Califórnia (USC), nos Estados Unidos, processou o Google no tribunal federal do Texas, alegando que os aplicativos Google Earth, Maps e Street View da gigante da tecnologia violam seus direitos de **patente**.

A USC disse na denúncia que os produtos de mapas e navegação do Google infringem duas **patentes** relacionadas à tecnologia de sobreposição de imagens bidimensionais em modelos tridimensionais.

A USC afirmou em um comunicado que "buscava ser compensada de forma justa pelas importantes contribuições da universidade nesta área".

A USC, sediada em Los Angeles, afirmou que a tecnologia desenvolvida por um de seus professores "transformou a maneira como o mundo vivencia ma-

pas digitais" ao integrar imagens 2D de locais em modelos 3D navegáveis. A USC afirmou que a tecnologia do Google, que permite aos usuários explorar paisagens 3D, ampliar a visualização entre locais e navegar virtualmente pelas ruas, infringe suas **patentes**.

O processo afirma que o Google sabia da tecnologia patenteada há anos, tendo dado à universidade e ao professor um prêmio de pesquisa em 2007 pelo projeto que levou às **patentes**.

A USC solicitou uma indenização financeira de valor não especificado e uma ordem judicial impedindo a empresa de usar sua tecnologia.

O Google não respondeu de imediato ao pedido de comentário sobre o assunto.

OpenAI completa transição para empresa com fins lucrativos e Microsoft passa a ter fatia de 27%

ÚLTIMAS

A OpenAI anunciou, nesta terça-feira, 28, uma nova etapa de sua parceria com a Microsoft, transformando a sua unidade que visa lucros em uma corporação de benefício público (PBC, na sigla em inglês), espécie de empresa com fins lucrativos que assume o compromisso de gerar benefícios públicos e operar de maneira responsável.

Com a mudança, a dona do Windows passará a ter controle sobre 27% da empresa criadora do Chat-GPT, representando cerca de US\$ 135 bilhões.

"A OpenAI continua sendo a parceira da Microsoft no desenvolvimento de modelos de ponta, e a Microsoft mantém direitos exclusivos de **propriedade** intelectual e exclusividade no Azure API até o surgimento da Inteligência Artificial Geral (AGI) O novo contrato também aprimora e adiciona disposições que permitem que cada empresa continue a avançar de forma independente em inovação e crescimento", informou o comunicado publicado no site da OpenAI.

Dentre os pontos do acordo, as companhias fecharam um contrato exclusivo de **propriedade** intelectual para a tecnologia da OpenAI até 2032. A OpenAI fará uma compra adicional no valor de US\$ 250 bilhões em serviços do Azure, área da Microsoft para computação em nuvem. Com isso, a empresa criada por Bill Gates deixa de ter o direito de preferência para atuar como provedora de computação da OpenAI.

Além disso, a OpenAI poderá fornecer APIs (Interface de Programação de Aplicação) para o setor de segurança do governo dos Estados Unidos, independentemente do provedor de nuvem.

Perto das 19h14 (de Brasília), as ações da Microsoft subiam 0,18% no after hours da Bolsa de Nova York, após ganharem 1,98% na sessão regular de hoje. A empresa encerrou o dia com valor de mercado acima de US\$ 4 trilhões pela primeira vez.

Restaurante deve se abster de usar elementos do 'Outback'

Outback ajuizou ação contra o restaurante, pedindo abstenção do uso dos elementos figurativos essenciais da marca

MESMA ROUPAGEM TJ-SP proíbe restaurante de usar elementos de marca do Outback

A 1ª Câmara de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve, de forma unânime, sentença que proíbe um restaurante amazonense de utilizar elementos figurativos semelhantes aos da marca Outback. Além de ter um nome semelhante, o estabelecimento também usava a expressão "Steakhouse".

Conforme o processo, o Outback ajuizou a ação contra o restaurante pedindo a abstenção do uso de elementos da marca e de seu trade dress (conjunto visual que compõe a identidade de uma marca, produto ou serviço).

Em primeiro grau, o Outback obteve decisão favorável, com decisão em sede de tutela de urgência. O restaurante ajuizou recurso e seus proprietários alegaram incompetência da Justiça estadual e a necessidade de intervenção do **Instituto** Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**).

Além disso, o estabelecimento acionado argumentou que não foram preenchidos os requisitos para a tutela de urgência e que o caso não deveria ter sido julgado pelo TJ-SP por uma questão territorial.

Competência definida

Para o relator do caso na 1ª Câmara, desembargador Tasso Duarte de Melo, a Justiça estadual tem com-

petência porque não se discute na ação a nulidade do registro de marca, mas a violação do direito marcário e a prática de concorrência desleal por parte do restaurante amazonense. Dessa forma, não há o que se falar em intervenção do **INPI**.

O magistrado também rejeitou o argumento da violação da territorialidade. O artigo 53 do Código de Processo Civil, disse o relator, autoriza que a ação de reparação de danos sofridos em razão de delito seja ajuizada no foro do domicílio do autor.

"Além da indevida utilização de sinais distintivos de propriedade das agravadas, dentre eles o conjunto-imagem (trade dress) e a semelhante grafia e fonética do nome 'Outback', acompanhado da expressão 'Steak House', o que denota a intenção de aproveitamento parasitário de marca notória, as agravadas também suscitam questões relevantes em contrarrazões, o que reforça o acerto da decisão agravada", escreveu Duarte de Melo.

O colegiado também citou que uma decisão da Justiça Federal já suspendeu o registro de marca do restaurante amazonense e proibiu o estabelecimento de usar a denominação.

Os desembargadores Azuma Nishi e Carlos Alberto de Salles acompanharam o relator.

para ler o acórdão

Processo 2067248-75.2025.8.26.0000

Martina Colafemina É Repórter Da Revista

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3, 5, 12

Marco regulatório | INPI
3, 5, 13

Propriedade Industrial
5, 13

Direitos Autorais
9

Patentes
11